

# Amaral ameaça adiar votação por um mês

O líder do PDS na Câmara, Amaral Netto, ameaçou ontem, protelar, por mais 25 ou 30 dias, a votação do projeto do regimento definitivo da Constituinte, caso o PMDB e o PFL não atendam às reivindicações do seu partido, que reclama a modificação de vários dispositivos daquele projeto. Segundo o líder pedessista, a decisão em torno da proposta poderia ser retardada através de pedidos de votação nominal para todos os seus 83 artigos.

Amaral Netto afirmou «estarem enganados» aqueles que imaginam que o PDS faz restrições apenas ao parágrafo 7º do art. 57 do projeto. Além desse dispositivo, o partido quer alterar vários outros pontos da proposta, para, entre outros objetivos, assegurar participação proporcional aos partidos na composição das comissões e subcomissões; reduzir os quoruns para a formalização de requerimentos, pedidos de urgência e de destaque para apenas 20 constituintes (o projeto estabelece quoruns que oscilam entre 35 e 94 constituintes); reduzir a competência da comissão de sistematização; excluir o artigo 23, que permite a apresentação de propostas pelo povo, desde que apoiadas por 30 mil assinaturas, e rejeitar a realização de plebiscitos sobre matérias em exame pela Constituinte.

Amaral Netto qualificou de «palhaçada» o teor do artigo 23, afirmando que através dele «a esquerda vai querer transformar as propostas populares em massa de manobra na Constituinte. A propósito, ele revelou ter ouvido de um «grande líder da esquerda comunista» a seguinte ponderação no sentido de permitir a aprovação daquele artigo:

«Esse deputado, que é um dos mais destacados nomes da esquerda, me disse: «Amaral, aceita (o artigo) porque esse é um meio de desentupir as galerias. Eles pensam que, apresentando proposta com 30 mil assinaturas, estão participando da Constituinte, e não estão».

A idéia do plebiscito foi considerada pelo líder do PDS «uma brincadeira» porque, no seu entendimento, os constituintes já foram plebiscitados na eleição do dia 15 de novembro, recebendo delegação popular para elaborar a Constituição. E ironizou: «Se querem um exemplo, o Pinochett submeteu a Constituição chilena a um plebiscito e ganhou por 96%».

## Preâmbulo

Outro ponto que Amaral Netto pretendia excluir do projeto do regimento era o seu preâmbulo. Ele desistiu disso ao ouvir a observação do jornalista Ary Ribeiro, de «O Estado de S. Paulo», segundo a qual a redação do preâmbulo pode ser uma forma de neutralizar o potencial de soberania contido no parágrafo 7º do artigo 57 (relativo aos projetos de resolução que poderiam revogar dispositivos da atual Carta).

Um dos trechos do preâmbulo assinala que a Constituinte foi convocada nos termos da emenda 26 à Constituição em vigor para elaborar «livre e soberanamente» a nova Constituição.